



Foto Fernando Bueno — Telefoto Estado

“Processo terá menores custos do ponto de vista social”

INPC: Delfim desmente um expurgo do cálculo

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

A proposta de expurgar do cálculo do INPC o efeito dos reajustes nos preços dos derivados do petróleo e do trigo não conta com o apoio da Seplan, conforme deixou claro, ontem, o próprio ministro do Planejamento, Delfim Netto, ao responder com um “não tem nada disso” à pergunta de um jornalista, interessado em saber se a decisão já havia sido tomada e se iria ser anunciada juntamente com as demais medidas destinadas a reduzir o déficit público, em preparo pelo governo.

Outra fonte da Seplan, que participa diretamente das negociações envolvendo o “pacote”, acrescentou que surgiram dificuldades técnicas e políticas que desaconselham o expurgo: como a exclusão alcançaria apenas o INPC, este ficaria desbalanceado em relação aos demais índices como o IGP, (Índice Geral de Preços) as correções monetária e cambial, obrigando o governo a desfazer a equalização, recentemente estabelecida, como forma de induzir a uma baixa na taxa de juros, o que não está nos seus planos.

A dificuldade política, de acordo com o mesmo informante, reside no fato de que tal expurgo teria de ser autorizado por lei, ou seja, seria ne-

cessário modificar o sistema de cálculo do INPC, o que exigiria o envio de um projeto ao Congresso, onde seriam quase intransponíveis as dificuldades para sua aprovação, ainda que o governo tenha, aritmeticamente, maioria no Congresso.

NA PAUTA

Mesmo assim, o informante da Seplan admite que “o assunto continua sendo discutido por aí”, numa indicação de que há, no interior do governo, pressões no sentido da adoção da medida. Essas pressões, segundo outra fonte governamental, viriam do Banco Central e do Ministério da Fazenda, cujos técnicos entendem que, repassando para os salários os efeitos da retirada dos subsídios ao trigo e ao petróleo haveria mais inflação e, conseqüentemente, maiores salários, com mais compra de gasolina e pão, estabelecendo-se um círculo vicioso.

De acordo com esse raciocínio, o corte do subsídio aos derivados do petróleo provocaria uma alta corretiva nos preços (inflação corretiva), pelo fato desses derivados pesarem sobre todos os setores da economia. Essa inflação corretiva, pelo efeito da indexação, se transformaria em inflação permanente, iniciando-se, a partir daí, novo processo de distorção, que acabaria justificando um novo subsídio ao petróleo.